

É URGENTE REPENSAR E REDUZIR OS GASTOS TRIBUTÁRIOS

A PANDEMIA NOS OBRIGA A REVISAR E ELIMINAR OS PRIVILÉGIOS QUE BENEFICIAM DESPROPORCIONADAMENTE OS MAIS RICOS

O planeta enfrenta uma crise global sem precedentes. A declaração de pandemia por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) não apenas implica no enfrentamento de um complexo contexto sanitário, como também inclui enormes desafios econômicos e sociais. As propostas de políticas públicas necessárias para enfrentar a crise apresentam importantes desafios em relação ao financiamento de curto, médio e longo prazo. A limitada capacidade fiscal dos governos é agravada pela concessão indiscriminada de privilégios fiscais a indivíduos e empresas.

Os gastos tributários são isenções, exonerações, taxas diferenciadas ou outros tratamentos especiais que o Estado outorga a certos setores econômicos através das normas tributárias. Este tipo de medida reduz a arrecadação e são implementados para alcançar certos objetivos econômicos e/ou sociais. Além de constituir uma exceção ao princípio geral de igualdade que deve regir o sistema tributário e do custo que significa para os Estados, a falta de objetivos claros e de mecanismos de avaliação adequados sobre suas vantagens e desvantagens, dão lugar a existência de privilégios fiscais.

Nos países da América Latina, os gastos tributários reduzem as receitas públicas entre 10 e 20 por cento, sem que seja realizada uma avaliação de seus impactos. Os governos de toda a região deixam de arrecadar uma parcela significativa de impostos devido a diferentes tipos de reduções e isenções fiscais. Esses recursos poderiam ser utilizados para aumentar o gasto público em saúde e financiar políticas de proteção social em um contexto extremo de crise econômica e social.

Esta crise aprofunda as desigualdades pré-existentes e gera maiores impactos nas pessoas de baixa renda, especialmente daquelas que dependem do seu trabalho cotidiano para sobreviver. Por isso, a prioridade atual deve ser o fortalecimento dos sistemas públicos de proteção e promoção dos direitos humanos, garantindo o bem estar dos grupos menos favorecidos frente as ameaças da pandemia.

Nossa análise comparada sobre as políticas e práticas relacionadas aos gastos tributário na região examinou os seus impactos na desigualdade e concluiu que: 1) a informação pública sobre a concessão de isenções e benefícios fiscais é com frequência inadequada, 2) os processos de tomada de decisão são fechados e propensos a abusos e a corrupção, e 3) o impacto, nos poucos casos em que é medido, geralmente é negativo ou insatisfatório, o que contribui com ineficiências e com a desigualdade.

Esta falta de informação pública e o caráter fechado dos processos de tomada de decisão em torno dos gastos tributários criam oportunidades para que eles sejam utilizados em benefício de poucos grupos poderosos, gerando custos para o resto da sociedade.

No contexto da crise atual, uma das medidas sugeridas por organismos internacionais e implementadas por muitos governos nacionais para enfrentar os impactos econômicos da pandemia é a concessão de mais gastos tributários. Muito embora certas isenções fiscais possam ser boas - por exemplo, quando buscam melhorar a situação de pessoas e famílias de baixa renda - outras tendem a beneficiar setores de alta renda. Em nenhum caso devem ser concedidas de maneira apressada e sem uma avaliação técnica significativa sobre sua potencial efetividade. Sempre, deve-se garantir a transparência e prestação de contas.

As organizações signatárias abaixo, articuladas em uma iniciativa regional pela transparência dos gastos tributários e pela eliminação dos privilégios fiscais na América Latina (Laterai), solicitamos aos Governos e Parlamentos Latino americanos que frente a pandemia global do COVID-19: tornem transparentes e revisem todos os gastos tributários existentes; limitem a introdução de novas isenções - com exceção dos casos urgentes e de efetividade comprovada - eliminando os privilégios fiscais; e redistribuindo a carga tributária aos setores mais ricos da

população. Concretamente solicitamos:

- Avaliar as isenções tributárias existentes para determinar quais deveriam ser eliminadas por serem injustificadas, inúteis, ineficazes, injustas e/ ou gerarem desigualdades;
- O compromisso da não aprovação de novos privilégios fiscais, salvo em casos urgentes e de efetividade comprovada e preferencialmente em benefício de populações vulneráveis e pequenas empresas;
- Reformar e racionalizar o processo de aprovação e revisão dos gastos tributários, aumentando a transparência, identificando os beneficiários, incluindo a previsão de avaliação independente de impacto;
- Implementar medidas e mecanismos para garantir um sistema tributário progressivo.

Para enfrentar a pandemia, mitigar os impactos da crise nos setores mais vulneráveis e garantir um futuro onde os direitos humanos sejam realizados em condições de igualdade para todas as pessoas, sem distinção, não podemos deixar que alguns se beneficiem às custas do resto da sociedade.

¡Queremos um Estado com recursos suficientes e políticas mais igualitárias, sem privilégios fiscais!

Organizações signatárias:



por la igualdad y la justicia

Argentina



Ciudadanos al Día

Peru



derecho · justicia · sociedad

Colombia



Ideas y acción colectiva

Ecuador



Centro de Análisis e Investigación



República Dominicana

Internacional

México

El Salvador



INSTITUTO CENTROAMERICANO DE ESTUDIOS FISCALES

América Central



Brasil



Internacional